

# Combater a violência baseada em gênero: uma chave para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Março 2005

Organização das Nações Unidas



Este kit foi produzido  
pelo  
Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA)  
em colaboração com o  
Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM)  
e o  
Escritório do Aconselhamento Especial sobre Questões do Gênero e Avanço das  
Mulheres (OSAGI)

UNFPA  
220 EAST 42<sup>ND</sup> STREET,  
NEW YORK, NY 10017  
USA

UNIFEM  
304 E45<sup>TH</sup> STREET 15<sup>TH</sup> FLOOR  
NEW YORK, NY 10017  
USA

OSAGI  
DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS  
2 UN PLAZA, DC2-1220,  
NEW YORK, NY 10017  
USA

# ÍNDICE

## **Introdução**

O que são os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)? .....	4
Violência contra a mulher .....	5
Por que é importante combater a violência baseada em gênero? .....	6
Kit de luta pelo combate à violência baseada em gênero .....	7

<b>Violência baseada em gênero e pobreza</b> .....	8
Objetivo 3 de Desenvolvimento do Milênio .....	9
Questões e desafios enfrentados pelas mulheres .....	9
Áreas de ação .....	11
Ações-chave urgentes .....	12

<b>Violência baseada em gênero e saúde reprodutiva</b> .....	13
Objetivos 4 e 5 de Desenvolvimento do Milênio .....	13
Questões e desafios enfrentados pelas meninas .....	13
Áreas de ação .....	15
Ações-chave urgentes .....	16

<b>Violência baseada em gênero e HIV/AIDS</b> .....	17
Objetivo 6 de Desenvolvimento do Milênio .....	17
Questões e desafios que afetam a disseminação do HIV/AIDS .....	18
Áreas de ação .....	20
Ações-chave urgentes .....	21

<b>Violência baseada em gênero em situações de conflito</b> .....	22
Questões e desafios que afetam refugiados e pessoas deslocadas internamente .....	23
Áreas de ação .....	25
Ações-chave urgentes .....	27

## **Notas**

## **Apêndice**

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

# Introdução

*Nós não iremos poupar esforços para libertar nossos semelhantes homens, mulheres e crianças das abjetas e desumanas condições de extrema pobreza nas quais mais de um bilhão de pessoas estão atualmente submetidos.*

- Declaração do Milênio das Nações Unidas, Setembro de 2000

## O que são os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio?

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) representam os objetivos globais estabelecidos e acordados pelos países em desenvolvimento e pelos países ricos para medir o progresso do desenvolvimento. Estes objetivos foram desenvolvidos em uma série de Conferências Mundiais organizadas pela ONU na década de 90. Por exemplo, na Cúpula do Milênio de 2000, líderes mundiais renovaram seu compromisso em reduzir pela metade o número de pessoas vivendo em condições de pobreza até o ano 2015. Os ODM, desta forma, representam um consenso global sobre setores de desenvolvimento prioritários, com metas mensuráveis, linhas de tempo e indicadores definidos em comum acordo para monitorar o progresso. Isso os diferencia dos compromissos anteriores.

Emanando da Declaração do Milênio, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram formalmente adotados em uma reunião da Assembléia Geral das Nações Unidas em setembro de 2002. Embora não sejam novos, os objetivos representam uma série - renovada, refinada, consolidada e focada - de compromissos para o desenvolvimento feitos pelos governos. Todos os 191 países reuniram-se formalmente para unir forças e para se focarem em oito prioridades de desenvolvimento: pobreza e fome, educação primária, igualdade de gênero, mortalidade infantil, saúde materna, HIV/AIDS e outras doenças sérias, sustentabilidade ambiental e parcerias globais para o desenvolvimento. Como eles devem monitorar o progresso, cada objetivo possui metas e indicadores específicos que podem ser medidos e acessados, permitindo que os governos modifiquem a política para atingir os ODM e honrar os seus compromissos.

A importância da igualdade de gênero para o desenvolvimento humano sustentável foi bem articulada nas conferências da ONU dos anos 90. Nestas conferências globais, os governos reconheceram as contribuições das mulheres ao desenvolvimento econômico e os custos suportados pelas sociedades como resultado das múltiplas desvantagens e discriminações de gênero que as mulheres enfrentam em quase todos os países. Entre os líderes mundiais, um consenso geral reconhece o papel central da igualdade de gênero para atingir todos os outros ODM. Por essa razão, as distintas necessidades de homens, mulheres, meninas e meninos estão extensivamente integradas dentro dos ODM. O terceiro objetivo entre os oito ODM busca alcançar a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres por meio da educação das meninas.

O Secretário Geral da ONU estabeleceu a Campanha Projeto do Milênio da ONU com diversas forças-tarefas específicas para liderarem um movimento global para atingir os ODM. A Força-tarefa sobre Educação e Igualdade de Gênero do Projeto do Milênio destacou a **liderança** como condição prévia para alcançar a igualdade de gênero. A Força-Tarefa também identificou áreas prioritárias de concentração em todos os ODM para reduzir a desigualdade de gênero e a pobreza. Ao reconhecer que a desigualdade de gênero está profundamente enraizada em comportamentos, instituições sociais e forças de mercado, a Força-tarefa encorajou o compromisso político e a liderança em níveis internacional e nacional para superar tais barreiras. Alocando recursos adequados para implementar políticas que possam desencadear mudança social, promover igualdade de gênero e a autonomia das mulheres, os governos poderiam atingir muitos dos ODM.

A Força-tarefa desenvolveu um esquema operacional sobre igualdade de gênero baseado em três áreas interrelacionadas:

- (1) capacidade humana básica e bem-estar, medidos pela educação, saúde e nutrição;
- (2) acesso a recursos e oportunidades; e
- (3) segurança.

A inclusão de segurança se deve ao reconhecimento da particular vulnerabilidade das mulheres à violência, tanto na esfera privada como na pública. Em tempos de conflito e em tempos de paz, a falta de segurança exerce um forte efeito nas mulheres, famílias e na sociedade, e retarda o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável.

Em sua contribuição para o relatório do milênio, a Força-tarefa sobre Educação e Igualdade de Gênero identificou sete prioridades estratégicas, interdependentes e interligadas, fundamentais para a autonomia das mulheres. Estas prioridades incluem:

- (1) fortalecer as oportunidades para após o término da educação primária;
- (2) garantir saúde e direitos reprodutivos e sexuais;
- (3) investir em infraestrutura para reduzir o tempo de sobrecarga das mulheres e meninas;
- (4) garantir o direito das mulheres e meninas à herança;
- (5) garantir a igualdade de emprego para mulheres e meninas;
- (6) aumentar o número de assentos para mulheres em parlamentos nacionais e em instituições governamentais locais; e
- (7) combater a violência contra mulheres e meninas.<sup>(1)</sup>

O Secretário Geral da ONU endossou as sete áreas prioritárias no seu discurso de abertura da 49ª Sessão da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW) em março de 2005, em Nova Iorque.

O Relatório do Projeto do Milênio identifica o crescimento das vigorosas campanhas para combater a violência contra as mulheres como uma possível ação de “rápido ganho” que deveria ser tomada para acelerar o alcance dos ODM. O objetivo é mobilizar lideranças nos níveis nacional, regional e global para tornar a violência inaceitável. A Rede de Mulheres Africanas Ministras e Parlamentares comprometeu-se em combater a violência baseada em gênero (VBG) liderando o desenvolvimento de intervenções inovadoras, incluindo: a elaboração de propostas e lobby para legislação apropriada, o aumento da conscientização por meio de advocacy, a construção de parcerias por meio do aprimoramento das redes nacionais, regionais e internacionais, e a conscientização da comunidade sobre a violência baseada em gênero.

Este kit é uma contribuição para a realização do objetivo da Rede. É uma ferramenta cujo objetivo é sintetizar o problema da violência baseada em gênero, explicar as suas relações ligações com pobreza, saúde reprodutiva, HIV/AIDS e conflitos, e discutir o seu impacto no desenvolvimento nacional. O kit faz referência a compromissos internacionais feitos por governos, combinados com outros instrumentos regionais e internacionais, que podem ser usados pelos governos para organizar campanhas nacionais para acabar com a violência baseada em gênero em todas as suas formas. O kit foi elaborado para servir como base para o trabalho de defesa de direitos e como uma ferramenta para assessorar formadores de políticas e de opinião para contribuir com o alcance dos ODM.

## Violência contra a mulher

Na última década, a questão da violência contra a mulher saiu das sombras para tornar-se prioridade nos compromissos para atingir o desenvolvimento sustentável. Defensores dos direitos das mulheres mobilizaram-se dentro e fora dos países e regiões para conseguir mudanças significativas em padrões e políticas nacionais, regionais e internacionais abordando a questão da violência baseada em gênero.

As conquistas de referência até hoje incluem:

1. Convenção sobre a Eliminação da Violência Contra a Mulher (1993);
2. Plataforma de Ação de Dakar (1994);
3. Plataforma de Ação de Beijing (1995);
4. Plano Africano de Ação para Acelerar a Implementação das Plataformas de Ação para o Avanço da Mulher de Dakar e Beijing (1999);
5. Resolução 1325 da ONU sobre as Mulheres, Paz e Segurança (2000); e
6. Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres na África (2003).

## Por que é importante combater a violência baseada em gênero?

A violência baseada em gênero envolve homens e mulheres, sendo as mulheres, usualmente mas não sempre, as vítimas. A violência se origina a partir de relações de poder desiguais dentro das famílias, comunidades e Estados. A violência é geralmente dirigida especificamente contra as mulheres por diversas razões, e as atinge desproporcionalmente. A violência tornou-se ainda mais pronunciada em situações de conflito e pós-conflito na África, incluindo Burundi, Chade, República Democrática do Congo, Somália e Sudão.

A Declaração da ONU sobre a Eliminação da Violência Contra a Mulher, adotada pela Assembléia Geral no dia 20 de dezembro de 2003 define a violência contra a mulher como:

*“qualquer ato de violência baseada em gênero que resulte ou possa resultar em danos mentais ou sexuais, ou sofrimento para a mulher, incluindo ameaças, atos de coerção ou privação arbitrária de liberdade, seja na vida pública ou privada”.*

O Artigo 2 da Convenção de Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW) explica que a violência contra a mulher inclui a violência sexual, física e psicológica em:

1. **família**, tais como surra, abuso sexual de crianças, mutilação/corte de órgãos genitais femininos e estupro;
2. **comunidade**, tais como abuso sexual, assédio sexual e intimidação, tráfico e prostituição forçada; e
3. **Estado**, tais como leis mal escritas ou sem efeito para a violência contra a mulher, agentes reguladores que violam mulheres, a falta de instalações e educação para prevenção e tratamento de mulheres expostas à violência, a sanção e reafirmação de relações de gênero desiguais. A indiferença e a negligência do Estado em criar oportunidades e direitos para mulheres com relação a empregos, educação, participação e acesso a serviços sociais, também perpetuam a violência baseada em gênero.

A Quinta Conferência da Rede de Mulheres Africanas Ministras e Parlamentares, realizada em Cabo Verde, em 2002, decidiu considerar a discussão sobre o tema da violência baseada em gênero como uma prioridade para o desenvolvimento: seu impacto nas mulheres africanas e na sociedade africana. O objetivo da conferência era assessorar mulheres parlamentares e líderes a desenvolverem habilidades essenciais para atividades de liderança no combate á violência baseada em gênero e promover a igualdade de gênero nos seus próprios países.

# Kit da luta pelo combate à violência baseada em gênero

Este kit irá servir como uma ferramenta de advocacy e ação para mulheres ministras, parlamentares e líderes nos seus esforços para combater a violência baseada em gênero nos seus respectivos países, nos níveis nacional e local. É um esforço para apresentar as questões atuais sobre a violência baseada em gênero de forma concisa e acessível para o público geral.

O kit poderá ser usado por elaboradores de políticas para tratarem questões que geram preocupação, advogar pela proteção das mulheres contra todas as formas de violência, reforçar mecanismos legais que irão proteger as mulheres no nível nacional e acabar com a impunidade com a qual os crimes são cometidos contra a mulher. O plano de ação está focado na defesa de direitos por meio de campanhas públicas contra a violência baseada em gênero para mudar políticas e práticas nos níveis local, nacional e regional.

O kit está dividido em quatro partes:

- (1) Violência baseada em gênero e pobreza;
- (2) Violência baseada em gênero e saúde reprodutiva;
- (3) Violência baseada em gênero e HIV/AIDS; e
- (4) Violência baseada em gênero e situações de conflito.

As quatro partes são interrelacionadas e todo o esforço foi feito para integrar questões-chave sem muitas repetições.

A Rede de Mulheres Africanas Ministras e Parlamentares discutiu um rascunho deste kit com relação à sua estrutura, utilização e disseminação em Libreville, Gabão, durante a Sexta Conferência Regional. Este kit revisado incorpora tanto os comentários da Rede, bem como destaca **Ações-chave urgentes** identificadas pela Rede em cada sessão.

# 1 Violência baseada em gênero e pobreza

Apesar de compromissos feitos por meio de estratégias e programas de redução nacional da pobreza na década passada, o número de pessoas pobres na África aumentou em mais de 82 milhões<sup>(2)</sup>, sendo que as mulheres constituem mais de 70 por cento desse aumento. As principais causas da pobreza das mulheres estão contidas nas relações de poder desiguais entre mulheres e homens, direitos à herança discriminatórios e falta de acesso à propriedade e a recursos produtivos. A disseminação da pobreza também afeta de forma adversa a saúde e a educação das mulheres.

As mulheres pobres são mais vulneráveis a todas as formas de violência porque elas tipicamente vivem em ambientes incertos e perigosos. A violência contra a mulher é o principal resultado das desigualdades baseadas em gênero, criando conseqüências muito maiores para o bem-estar e a autonomia das mulheres do que se pensava anteriormente. Isso é reconhecido no parágrafo 117 da Plataforma de Ação de Beijing:

*“O medo da violência, incluindo o assédio, é um permanente constrangimento na mobilidade das mulheres e limita o acesso delas aos recursos e às atividades básicas. Altos custos sociais, para a saúde e para a economia dos indivíduos e da sociedade estão associados com a violência contra a mulher. A violência contra a mulher é um dos mecanismos sociais cruciais pelo qual as mulheres são forçadas a posições de subordinação...”* (Nações Unidas: A Declaração de Beijing e a Plataforma de Ação, 1996, p.75)

O Programa para Ação (POA) da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) relaciona a ação da população para o desenvolvimento com uma significativa ênfase aos direitos das mulheres, autonomia e igualdade de gênero.

O Programa de Ação promove a igualdade de gênero em todas as esferas da vida, incluindo na família e na comunidade, mas decididamente coloca os homens no centro do processo caso se queira atingir mudanças. O Programa encoraja os homens a assumirem a responsabilidade pelo seu comportamento sexual e reprodutivo, bem como pelo seu papel social e na família (CIPD POA, Par. 4.27). Destaca a responsabilidade especial dos homens e promove o envolvimento ativo deles no: *“Controle partilhado e contribuição para a renda da família, educação das crianças, saúde e nutrição e reconhecimento e promoção da igualdade de valores para as crianças dos dois sexos. As responsabilidades masculinas na família devem ser incluídas na educação das crianças desde os primeiros estágios de vida. Ênfase especial deve ser dada na prevenção da violência contra a mulher e crianças.”* (CIPD POA, Parágrafo 4.27). Em nível de Estado, o CIPD POA convoca os países *“a tomarem medidas integrais para eliminar a exploração, o abuso, o assédio e a violência contra mulheres, adolescentes e crianças”* (Par. 4.9). O CIPD POA + 5 explica mais claramente a ação particular na qual *“os governos devem dar prioridade ao desenvolvimento de programas e políticas que fomentem normas e atitudes de tolerância zero para atos discriminatórios, incluindo a preferência por filhos homens, discriminação por seleção de sexo e violência contra a filha mulher e todas as formas de violência contra as mulheres.”* (Ação-chave Par.48).

## Objetivo de Desenvolvimento do Milênio 3

O Objetivo 3 de Desenvolvimento do Milênio clama pela promoção da igualdade do gênero e a autonomia das mulheres. A meta para medir o progresso deste objetivo é eliminar as disparidades de gênero na educação primária e secundária até 2015.

### ODM 3 - Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres

Eliminar as disparidades de gênero no ensino primário e secundário, preferivelmente até 2005, e em todos os níveis de educação até 2015

- Relação entre meninas e meninos em ensino primário, secundário e terciário
- Relação entre meninas e meninos alfabetizados entre 15 a 24 anos
- Participação das mulheres no emprego assalariado no setor não-agrícola
- Proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional

Este objetivo está baseado na compreensão de que as mulheres são geralmente mais pobres e com menor nível de educação que os homens e representam um segmento maior da população vivendo em absoluta pobreza. Os índices de analfabetismo das mulheres continuam altos em comparação com os dos homens. Em setores urbanos modernos, existem significativas disparidades de gênero nas oportunidades de empregos, com uma maior proporção de mulheres ocupando posições de nível mais baixo e que requerem menos qualificação em comparação com os homens. Grandes diferenças salariais são visíveis. Barreiras e práticas tradicionais e culturais (ex: a contínua frequência da mutilação e corte dos órgãos genitais femininos, casamentos forçados, práticas de herança da esposa e proibições de propriedade de terra) continuam a criar sérias desvantagens de condição social e econômica e de saúde para mulheres e meninas.

Devido à limitada gama de indicadores de progresso, a Força-tarefa sobre Educação e Igualdade do Gênero do Milênio decidiu expandir o esquema operacional para incluir:

1. capacidade humana, medida pelo âmbito da educação, saúde e nutrição;
2. acesso a recursos e oportunidades no setor remunerado e não-agrícola;
3. participação na tomada de decisão na esfera pública por meio de um aumento no número de assentos no governo nacional; e
4. segurança.<sup>(3)</sup>

O ODM 3 oferece uma oportunidade para uma abordagem multi-dimensional da igualdade de gênero, incluindo o acesso da mulher à saúde reprodutiva, educação, informação, bem como a melhores oportunidades econômicas e políticas.

## Questões e desafios enfrentados pelas mulheres

- **Limitado poder de tomada de decisão:** As mulheres têm limitado poder de decisão dentro das famílias. Na maior parte da África rural, as mulheres são responsáveis por trazer a renda para a família trabalhando no campo e em pequenas vendas, mas possuem controle limitado sobre como esses recursos são gastos. Nas famílias pobres, a menina é a primeira a ser retirada da escola para ajudar a família quando o nível de renda cai, e por isso o desenvolvimento de sua qualificação e o seu potencial de ganho de renda são limitados quando ela participa da força de trabalho remunerada.
- **Aumento da exposição ao risco:** Mulheres e meninas pobres podem estar expostas à violência sexual diariamente devido às condições de trabalho inseguras. Elas têm que percorrer longas distâncias para buscar água e madeira para lenha e fazer o trabalho agrícola. Todas essas tarefas envolvem caminhadas ou trabalho em áreas relativamente isoladas onde elas estão vulneráveis à violência sexual.

- **Múltiplas e excessivas demandas de tempo:** A excessiva demanda de tempo sobre as mulheres pobres e as múltiplas tarefas que elas realizam criam tensões na família que levam à violência doméstica com subseqüentes impactos sociais, psicológicos e econômicos para as famílias. A violência também tem um custo econômico em termos de serviços e cuidados com saúde e a decorrente ausência no trabalho resulta em redução da força de trabalho e da produtividade agrícola e na redução da renda familiar.
- **Falta de acesso aos recursos:** O uso e a alocação de recursos é domínio dos homens na comunidade. A terra é considerada o recurso mais fundamental para as condições de vida, autonomia econômica, equidade e igualdade, mas em alguns casos, as mulheres não têm direitos à herança. Sem direitos à posse da terra, a segurança econômica e física das mulheres fica comprometida, deixando-as mais vulneráveis à violência. O trabalho das mulheres é limitado a criar os filhos e trazer alimentos para a família. Os recursos disponíveis para educação e criação das meninas também são limitados, levando muitas a relações e situações prejudiciais à sua saúde e segurança.
- **Violência não-reconhecida:** A comunidade ignora a ocorrência de violência. Algumas culturas não consideram que bater na esposa seja uma forma de violência. Assédio sexual de meninas por homens da comunidade é a norma. Não se fala sobre estupro na comunidade e isso geralmente fica impune. Em algumas sociedades, a mulher viúva é forçada a casar com um familiar do marido falecido para proteger os bens da família pela linha de herança masculina, evitando que a mulher possa herdar legalmente terra e propriedade, independentemente das leis nacionais elaboradas para proteger os seus direitos. O uso de violência doméstica para intimidar as mulheres para que elas entrem ou permaneçam em situações nas quais os seus direitos são minimizados é muito comum. Entretanto, isso é raramente reconhecido, já que as mulheres não são encorajadas para reclamar a ninguém e tampouco são economicamente independentes, ou em condições de partir.
- **Persistência e prevalência das leis de costume:** Apesar dos muitos instrumentos legais internacionais e de direitos humanos dos quais a maioria dos Estados africanos são signatários, as leis de costume baseadas no sistema patriarcal prevalecem e falham em prover direitos às mulheres. Alguns países foram mais longe e criaram novas leis para implementar os instrumentos internacionais, mas estas não auxiliaram as mulheres a exercerem seus direitos. Agências reguladoras da lei, tais como a polícia e o Judiciário, são amplamente desinformadas sobre os direitos das mulheres e o seu impacto na violência baseada em gênero. Elas podem sustentar visões culturalmente influenciadas sobre a questão de gênero. Penas legais para a violência baseada em gênero são insuficientes ou aplicadas de forma irregular. O estupro, com frequência não é denunciado devido ao possível isolamento da vítima na comunidade. Em algumas comunidades, mulheres e meninas estupradas são subseqüentemente mortas, pois são vistas como aquelas que desonraram suas famílias. Em alguns países, a lei do estupro oferece uma saída para o autor, tal como liberdade da prisão se ele casar com a mulher que estuprou.

O abuso da esposa é comum e muitos homens abusam fisicamente de suas esposas impunemente. Em algumas sociedades, a honra social e a castidade protegem os homens de serem punidos por seus atos violentos. A violência doméstica é geralmente considerada como uma questão interna da família, mesmo em casos nos quais há ferimentos físicos.

- **Sub-representação em estruturas políticas:** Embora as mulheres representem a metade da população votante, elas têm sido consistentemente sub-representadas em instituições políticas e têm voz limitada na formulação das escolhas e prioridades das políticas públicas. Políticas cegas para a questão de gênero têm diretamente ou indiretamente discriminado as mulheres. Atitudes sócio-culturais tomadas pelo público eleitor criam o estereótipo das mulheres como pessoas incapazes de assumir papéis desafiantes de liderança. Restrições técnicas e financeiras normalmente colocam as mulheres em posição de muito mais desvantagem do que os homens em períodos de eleições. A natureza masculinizada do ambiente político, muitas vezes caracterizada pela corrupção, violência e intimidação, também funciona para desencorajar a maior participação das mulheres.

# Áreas de Ação

## 1) Advocacy

- **Aplicar** a tolerância zero para todas as formas de violência contra mulheres e meninas.
- **Defender** representação igual de mulheres e homens em todas as atividades na esfera pública para criar consciência pública sobre a contribuição das mulheres na sociedade e assegurar a participação das mulheres na tomada de decisão.
- **Fazer campanha** pela participação política igualitária para as mulheres em níveis nacional e local como algo essencial para o futuro desenvolvimento de suas crianças e o futuro da nação.
- **Fazer lobby** pela inclusão de estratégias de gênero e autonomia nos Documentos Nacionais de Estratégia para a Redução da Pobreza (PRSPs) e por orçamentos sensíveis a questão de gênero em todos os setores.
- **Integrar** os ODM aos planos de ação ministeriais.
- **Criar** campanhas de conscientização pública dirigidas a homens e mulheres para permitir maior conscientização sobre seus direitos humanos e legais, as consequências legais de comportamentos abusivos, bem como o impacto da violência baseada em gênero nas futuras gerações.
- **Aumentar a conscientização** sobre a importância da autonomia econômica das mulheres e dos custos econômicos da ausência da contribuição delas à força de trabalho devido à violência.
- **Fortalecer e empenhar** o compromisso por meio de campanhas para a reforma e a implementação de leis permitindo que as mulheres possam herdar terra e propriedade, ter acesso à educação e cuidados de saúde.
- **Clamar** por campanhas na mídia, destacando o importante papel das mulheres na produção e na reprodução: a contribuição do trabalho remunerado e não-remunerado das mulheres e a importância de produzir e reproduzir a força de trabalho futura.

## 2) Parceria

- **Iniciar colaboração** entre líderes comunitários, pessoas de mais idade, autoridades locais e escolas para criar maior compreensão sobre a relação entre a violência baseada em gênero e a pobreza.
- **Desenvolver procedimentos para sistematicamente partilhar informações** sobre questões, legislações e políticas interligando a autonomia econômica das mulheres e a divisão de tarefas da casa com os homens.
- **Apoiar a participação da comunidade** e a colaboração na formação de fóruns de transformação social, incluindo aqueles comprometidos em combater a violência baseada em gênero.
- **Estabelecer parcerias** com órgãos governamentais, ONGs, grupos de direitos humanos, instituições e agências internacionais na formulação e implementação dos Documentos de Estratégia para a Redução da Pobreza em nível nacional.

## 3) Aumento da Capacitação

- **Financiar o treinamento em liderança participativa da comunidade:** aumentar a capacidade de transformação social da comunidade indentificando questões críticas, encontrando soluções inovadoras e planejando ações. O objetivo é de empoderar as mulheres para que se encarreguem do seu próprio desenvolvimento.
- **Desenvolver mapas de recursos das comunidades:** identificar os recursos disponíveis na comunidade, vila, cidade ou vizinhança (instituições, serviços, recursos, centros comunitários, igrejas, mesquitas), desenvolver idéias, identificar obstáculos e examinar áreas que precisam mudar ou requerem fortalecimento como o primeiro passo para eliminar a violência baseada em gênero.
- **Discutir a responsabilidade do governo** ao invés do compromisso feito de eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e fazer propostas e demandas para as modificações das leis ou para decretar novas leis.
- **Revisar o currículo escolar para refletir a igualdade de gênero** de forma que jovens meninos e homens possam se conscientizar sobre o efeito devastador da violência, e jovens meninas e mulheres possam ganhar auto-estima e confiança para combater a violência, antes que se tornem vítimas.

## Ações-chave urgentes

### Em nível nacional:

- **Aumentar** o número de mulheres em postos de tomada de decisão até 2005.
- **Estabelecer** no país redes e assembléias parlamentares, onde elas não existam.
- **Encorajar** o compromisso de ministras e parlamentares mulheres de assegurar que medidas regionais e internacionais sejam aprimoradas.
- **Assegurar** a ratificação, harmonização e implementação de várias convenções e protocolos.
- **Fazer lobby** pela inclusão das estratégias de autonomia de gênero em Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza em nível nacional e em campanhas dos ODM.
- **Realizar** atualizações sobre a ratificação e a implementação de todas as convenções e protocolos e assegurar o estabelecimento de sistemas de monitoramento e avaliação.
- **Promover** o decreto de legislação específica sobre a violência baseada em gênero aplicando punição severa aos seus autores.
- **Envolver** o apoio do UNFPA e de outras agências da ONU para participarem da capacitação das mulheres ministras e parlamentares para que elas possam influenciar no orçamento nacional de seus respectivos países.
- **Criar** mecanismos para as mulheres acessarem recursos, garantindo, assim, a sua autonomia sócio-econômica.
- **Mobilizar** o apoio para educação cívica e programas de treinamento para criação da consciência.

### Em nível sub-regional:

- **Acelerar** o trabalho em rede, o compartilhamento de experiências e lições aprendidas, por meio da mídia eletrônica e do intercâmbio de informações.
- **Colaborar e cooperar** com outras instituições e redes sub-regionais.

## 2 Violência baseada em gênero e saúde reprodutiva

A violência baseada em gênero tem efeitos negativos de longo prazo na saúde reprodutiva das mulheres. Entre os efeitos incluídos, estão a gravidez não-desejada, complicações na gravidez, mortalidade materna, abortos, lesões e infecções sexualmente transmissíveis, como o HIV/AIDS. Intimidações e dominância masculina na família, exacerbadas pela violência baseada em gênero, inibem as mulheres de procurar serviços de saúde reprodutiva e diminuem sua capacidade de negociar relações sexuais seguras, bem como a quantidade e os intervalos entre filhos. Infanticídio feminino, incesto, estupro, abuso infantil e prostituição, casamento precoce e mutilação/corte dos órgãos genitais femininos estão entre as ações violentas baseadas em gênero aceitas como normas culturais em muitos países.

### Objetivos 4 e 5 para o Desenvolvimento do Milênio

Os Objetivos 4 e 5 para o Desenvolvimento do Milênio comprometem os governos a reduzir as taxas de mortalidade infantil e materna e são um apelo para melhores serviços de saúde reprodutiva. Os Objetivos são baseados na compreensão de que a violência sexual causa múltiplos problemas reprodutivos, gravidez na adolescência, comportamento sexual inseguro e doenças sexualmente transmissíveis. Gravidez não-desejada, complicações na gravidez, abortos, bebês nascidos abaixo do peso e mortalidade materna são também conseqüências da violência doméstica. Segundo a Organização Mundial da Saúde, entre 10 e 50 por cento das mulheres, dependendo do país, são vítimas de abuso físico por parceiros diretos e membros da família.

ODM 4 - Reduzir a mortalidade infantil	
Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Taxa de mortalidade infantil</li> <li>• Proporção de crianças de até um ano de idade imunizadas contra o sarampo</li> </ul>
ODM 5 - Melhorar a saúde materna	
Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Taxa de mortalidade materna</li> <li>• Proporção de partos assistidos por profissionais de saúde capacitados</li> </ul>

### Questões e desafios enfrentados por meninas e mulheres

A violência baseada em gênero, em nível de família e comunidade, afeta a saúde reprodutiva de mulheres e meninas durante todo seu ciclo de vida.

#### No nível da família:

- **Falta de acesso a necessidades básicas:** Muitas meninas pequenas têm acesso negado à comida, educação e serviços de saúde em favor do menino da casa; como resultado, elas sofrem devido à saúde debilitada pela maior parte de suas vidas.
- **Mutilação e corte dos órgãos genitais femininos são amplamente praticados na África:** 90 milhões de mulheres e meninas são vítimas de cortes de órgãos genitais, levando a impactos psicológicos adversos em adolescentes. Mulheres e crianças ficam expostas a infecções e enfrentam partos complicados. Em casos de circuncisões femininas, as meninas sofrem de

hemorragia, infecção do aparelho reprodutivo, dores menstruais e, em alguns casos, esterilidade. Mutilação e corte de órgãos genitais femininos causam aproximadamente 25 por cento dos casos de infertilidade.<sup>(4)</sup>

- **Casamento infantil:** Meninas de até oito ou nove anos de idade são às vezes casadas com homens muito mais velhos. A menina noiva enfrenta trauma físico devido à atividade sexual precoce. Gravidez e partos precoces danificam seus órgãos reprodutivos, causando fístulas retro-vaginais (úlceras). Na África, o casamento precoce de crianças também está associado a índices de transmissão do HIV mais altos do que em equivalentes não-casados.
- **Meninas adolescentes:** Além de serem privadas do acesso a informações e serviços de saúde básicos, educação e empregos, as meninas adolescentes são vítimas de sexo e estupro economicamente coagidos, bem como de tráfico e prostituição forçados. Isso as expõe a doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, aborto inseguro, morbidade e mortalidade materna. Complicações severas como parto obstruído e fístulas ocorrem normalmente entre mulheres jovens. Todos os anos, um número estimado entre 1 e 4 milhões de jovens mulheres entre 15 e 19 anos de idade passam por aborto inseguro, dos quais 11.000 acontecem na África.<sup>(5)</sup> Das 17 milhões de meninas adolescentes que se casam antes dos 20 anos de idade, a África Subsaariana possui a maior quantidade – mais de 30 por cento das meninas estão casadas antes de completar 20 anos.<sup>(6)</sup>
- **Mulheres em idade de ter filhos:** Mulheres jovens sofrem com a saúde debilitada devido à desnutrição, gravidez repetida e pesada carga de trabalho, tanto dentro quanto fora de casa. Elas enfrentam o fardo adicional da gravidez e do abuso físico, frequentemente resultando em trabalho de parto prematuro. Vítimas de estupro enfrentam gravidez indesejada, bem como deficiências físicas e psicológicas.

### No nível da comunidade:

- **Abuso infantil:** Crianças são frequentemente expostas ao abuso infantil, mas como o assunto é um tabu, nem a família nem a comunidade toma atitude.
- **Controle social:** Meninas passam por mutilação e corte dos órgãos genitais devido ao consenso social de que a sexualidade feminina deve ser controlada e sua virgindade preservada até o casamento. Homens, em algumas culturas, normalmente não se casariam com meninas que não passaram pelo procedimento, pois essas mulheres são vistas como sujas e sexualmente imorais.
- **Abandono:** Meninas que sofrem de infecções, em sua maioria, não têm acesso a serviços de saúde adequados e muitas meninas com fístulas são frequentemente abandonadas pelos maridos, ficando socialmente marginalizadas.
- **Desonra:** Em sociedades onde a virgindade das meninas é muito valorizada, aquelas que são estupradas podem enfrentar sérias punições, incluindo surras severas. O medo de trazer desonra, não apenas para elas mesmas mas também para a família, força muitas vítimas de estupro a cometer suicídio. Vítimas de estupro que ficam grávidas como resultado da agressão frequentemente procuram abortos ilegais, o que às vezes resulta em suas mortes.
- **Problemas psicológicos:** Mulheres grávidas devido ao estupro são estigmatizadas e enfrentam severos problemas físicos e psicológicos, incluindo medo permanente, baixa auto-estima, disfunções sexuais, dores crônicas, abuso de substâncias, depressão e suicídio. As crianças de mulheres que sofreram abusos estão mais suscetíveis a nascer com peso abaixo do normal, desnutrição, problemas de comportamento e taxas de mortalidade mais altas.

## Áreas de ação

Qualquer tentativa séria de combater a violência baseada em gênero deve ter uma abordagem cultural e de direitos humanos. Simultaneamente à promoção dos direitos reprodutivos das mulheres, a colaboração com líderes religiosos e tradicionais deveria ser garantida, de modo a ancorar estes princípios universais no contexto local e assegurar a apropriação destes direitos humanos pela comunidade.

### 1) Advocacy

- **Reforçar** e acelerar a implementação de políticas e programas em resposta aos objetivos da CIPD para direitos e serviços de saúde reprodutiva.
- **Lutar** para trazer atos de violência baseada em gênero ao espaço aberto, da esfera privada para o realismo público, onde eles constituem a base para política, legislação e justiça.
- **Priorizar** os direitos à saúde reprodutiva, as metas e os indicadores nos Documentos e Estratégias para Redução da Pobreza (PRSPs) nacionais e nos níveis legislativos e institucionais.
- **Sistematizar** o monitoramento dos procedimentos para assegurar que políticas, planos de ações estratégicas e todos os aspectos da elaboração de programas e implementação de serviços de saúde sexual e reprodutiva contemplem as necessidades de mulheres e meninas.
- **Iniciar** campanhas de conscientização pública sobre questões de saúde reprodutiva e violência baseada em gênero.
- **Encorajar** parlamentares masculinos a se posicionarem e mulheres do governo a formarem grupos de estudo especiais para lidar com a violência baseada em gênero durante a adolescência e a infância.
- **Promover** esforços enfocando meninos e homens, com o objetivo de influenciar normas sociais relacionadas a múltiplos parceiros, mutilação e corte dos órgãos genitais femininos, violência doméstica, relações sexuais forçadas e casamento precoce.
- **Promover** o conhecimento sobre a saúde reprodutiva entre homens, mulheres, jovens, líderes e professores.
- **Encorajar** personalidades culturais masculinas populares, figuras do esporte e estimadas figuras nacionais a se unirem à campanha contra a violência e discursar contra o impacto da violência na saúde sexual e reprodutiva.
- **Assegurar** que saúde reprodutiva e habilidades para a vida sejam incluídos no currículo nacional de educação.

### 2) Parceria

- **Colaborar** com os líderes religiosos e tradicionais, que geralmente são poderosos “guardiões da cultura”, para oferecer às comunidades a propriedade dos direitos reprodutivos humanos universais em seus contextos locais, bem como sensibilizar a comunidade e seus líderes sobre as relações entre violência baseada em gênero, saúde reprodutiva e direitos.
- **Estabelecer** fortes ligações com as estruturas de poder local e grupos de pressão<sup>(7)</sup> (religiosos, culturais, políticos e institucionais).
- **Estabelecer parceria** entre máquinas governamentais, mídias nacionais, grupos de mulheres e ONGs para desenvolver programas e políticas fomentar a criação de um ambiente no qual haja tolerância zero para atitudes e práticas prejudiciais às mulheres e à filha menina, tais como violência sexual, tráfico, circuncisão, incesto e estupro.
- **Cooperar** com organizações regionais como a União Africana (African Union), e organizações multilaterais como PNUD, UNFPA, UNIFEM, OMS, bem como primeiras-damas, operadores econômicos e de negócios.

### 3) Aumento da capacitação?

- **Integrar** a questão da violência baseada em gênero nos workshops de capacitação e programas de treinamento dos PRSPs, ODM e NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África), em nível regional e nacional.

- **Desenvolver** capacidade governamental para implementar as recomendações e declarações da CEDAW internamente, através da provisão de treinamentos em nível local e nacional.
- **Estabelecer** estudos de base sobre violência baseada em gênero e saúde reprodutiva e oferecer treinamento para rastrear mudanças em políticas e impactos dos programas.
- **Desenvolver** e reforçar capacidade para coleta e análise de dados em nível de comunidade e em nível nacional para rastrear o progresso de objetivos e indicadores.

## Ações-chave urgentes

- **Defender a causa** entre tomadores de decisão e representantes de mulheres.
- **Conduzir** um inventário e uma auditoria dos textos legais relacionados à saúde reprodutiva, analisá-los e adaptá-los para que respondam ao equilíbrio de gêneros na saúde reprodutiva.
- **Promover** o desenvolvimento e a implementação de estratégias de prevenção à violência baseada em gênero e mecanismos para encaminhamento de vítimas de violência baseada em gênero.
- **Assegurar** que saúde reprodutiva e habilidades para a vida sejam incluídos no currículo nacional de educação.
- **Estabelecer** centros de serviços especiais para vítimas de violência, oferecendo apoio, aconselhamento, serviços legais e de saúde.

### 3 Violência baseada em gênero e HIV/AIDS

*Os governos deveriam garantir que os serviços e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e HIV/AIDS sejam um componente integral dos programas de saúde sexual e reprodutiva no nível de cuidado de saúde primário*

- Ações-chave para a Implementação Suplementar do Programa de Ações da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, (CIPD POA Par. 86)

Na África Subsaariana, o vírus HIV/AIDS não é apenas o problema mais desafiador, ele tende a afetar mulheres e crianças mais negativamente do que homens. A pobreza faz com que mulheres entre 19 e 24 anos de idade tenham probabilidade de infecção duas vezes maior do que homens, devido à prostituição, ao limitado poder de decisão e à prática de sexo entre diferentes gerações. Uma crescente preferência dos homens por meninas não-infectadas muito mais jovens exacerbou ainda mais o problema. O papel inerente às mulheres como fornecedoras de cuidados aumenta sua carga de trabalho e sua pobreza, pois elas cuidam de parentes infectados e de crianças feitas órfãs pela AIDS. Jovens mulheres e pessoas de mais idade passaram a ser seus principais apoiadores. Mulheres pobres afetadas pelo HIV/AIDS, já fragilizadas economicamente, são frequentemente privadas de seus direitos à propriedade e de serviços de saúde adequados e são retiradas de sua moradia habitual. A violência acelera a exposição das mulheres à infecção pelo HIV.

#### COMPROMISSO COM A AÇÃO

*Acelerar a implementação de medidas econômicas, sociais e legais específicas ao gênero visando combater a pandemia do HIV/AIDS e implementar efetivamente as Declarações de Abudja e Maputo sobre a Malária, HIV/AIDS, Tuberculose e outras doenças infecciosas relacionadas. Mais especificamente, nós vamos assegurar que tratamentos e serviços sociais estejam disponíveis para mulheres em nível local, tornando-os mais adequados às necessidades das famílias que estão fornecendo cuidados; decretar legislação para acabar com a discriminação contra mulheres; aumentar os orçamentos alocados nestes setores para aliviar a sobrecarga das mulheres em fornecer cuidados*

- Chefes de Estado e Governos dos Países-membros da União Africana (African Union) – Reunião na Terceira Sessão Ordinária, Declaração da Igualdade de Gêneros na África, 6-8 de Julho 2004, Addis Ababa

#### Objetivo 6 de Desenvolvimento do Milênio

O Objetivo 6 de Desenvolvimento do Milênio compromete os governos a deter a disseminação do HIV/AIDS e outras doenças sérias como malária e tuberculose até o ano 2015 e começar a reverter a disseminação. As metas definidas pelo Objetivo 6 devem ser atingidas por meio do aumento da conscientização e das políticas que ofereçam igualdade para mulheres no tratamento, nos cuidados e na proteção contra o sexo inseguro.

ODM 6 – Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças	
Até 2015, ter detido e começado a reverter a disseminação do HIV/AIDS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prevalência do HIV entre mulheres grávidas com idade entre 15 e 24 anos</li> <li>• Taxa de utilização de anticoncepcionais</li> <li>• Número de crianças feitas órfãs pelo HIV/AIDS</li> </ul>
Até 2015, ter detido e começado a reverter a incidência de malária e outras doenças importantes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prevalência e taxas de mortalidade associadas à malária</li> <li>• Proporção da população vivendo em áreas de risco de malária usando tratamento eficaz contra a malária</li> <li>• Medidas de prevenção e tratamento</li> <li>• Prevalência e taxas de mortalidade associadas à tuberculose</li> <li>• Proporção de casos de tuberculose detectados e curados por DOTS (tratamento de curta duração sob observação direta)</li> </ul>

## Questões e desafios que afetam a disseminação do HIV/AIDS

Os três principais fatores relacionados à disseminação do HIV/AIDS são relações de poder baseadas em gênero, tabus, estigmas e sistemas de crença sobre a doença e práticas nocivas que têm ligações com a disseminação do vírus HIV/AIDS.

### 1) Relações de poder baseadas em gênero

- **Dentro da família**, onde os homens são dominantes, o poder de barganha das mulheres é fraco e elas não conseguem discutir, negociar ou decidir sobre questões sexuais e reprodutivas. Conhecimento e disponibilidade com relação a preservativos para as mulheres protegerem-se da contaminação pelo HIV/AIDS não funcionam em domicílios onde existe ameaça de violência. A violência reduz a possibilidade da mulher negociar sexo seguro e aumenta o risco da exposição dela ao sexo foçado e sem proteção. Meninas adolescentes em situação de violência familiar estão sob risco ainda maior de exposição, uma vez que elas também podem ser vítimas de abuso sexual por membros mais velhos da família, parentes próximos e vizinhos. Devido ao estigma e ao tabu, não se discute abertamente sobre sexo e informações sobre saúde reprodutiva não estão disponíveis.
- **No nível da comunidade**, aqueles que tomam as decisões são predominantemente homens. Os papéis de subordinação das mulheres são sustentados por normas e crenças culturais que as privam do poder de tomar decisões sobre questões sexuais e de negociar práticas de sexo seguras. As mulheres também estão expostas ao risco de violência sexual enquanto buscam água, lenha e fazem o trabalho agrícola. As meninas estudantes são pressionadas a sucumbir ao assédio sexual de homens mais velhos para pagar pelos livros escolares e pelas despesas pessoais. Em algumas culturas, há uma crença de que a prática de sexo com virgens mantém os homens jovens e evita ou cura a infecção por HIV. Isso tem reforçado a tradição de encorajar o casamento na infância. Em algumas culturas, homens mais velhos buscam noivas mais jovens como segundas esposas.
- **No nível do Estado-nação**, a maioria dos tomadores de decisão são homens. Estratégias e políticas para combater o HIV/AIDS são elaboradas e implementadas por homens e, até hoje, tiveram pouco impacto em deter a disseminação da epidemia. A proporção de mulheres infectadas por HIV está crescendo em níveis mais altos do que a dos homens. Atualmente, 58% das pessoas infectadas com HIV/AIDS na África Subsaariana são mulheres. <sup>(8)</sup> A vasta maioria a transmissão da infecção por seus maridos. Os governos foram muito lentos em admitir a crise e formular políticas e programas para deter a epidemia.
- **O desafio dos governos em relação à mídia** é encontrar meios de utilizá-la com eficiência. A mídia transmite fatos, números e mitos sobre o HIV/AIDS. Infelizmente, a mensagem não é apenas mais uma matéria sobre saúde. A pandemia é um problema complexo no sistema da sociedade, com múltiplos fenômenos e atores. Suas características dinâmicas incluem: epidemias múltiplas, um período de infecção latente, uma tendência para transmissão seletiva sendo as mulheres de 2.5 a 8 vezes mais suscetíveis que os homens, e maior suscetibilidade do sistema imunológico a outras doenças, como tuberculose e malária. Reportagens anteriores na mídia não informaram sobre o tema de forma eficiente. Martin Forman, ex-diretor da *Panos* observou que a mídia precisa adotar padrões de reportagem mais éticos, que utilizem uma abordagem não-sensacionalista e funcionem no sentido de romper as barreiras e preconceitos causados pela má informação que existe sobre HIV/AIDS e precisa ajudar a construir maior compaixão entre os seus auditores por aqueles que estão contaminados. <sup>(9)</sup>
- **Enquanto a epidemia continua** se desdobrando, a maneira pela qual o vírus está se espalhando tornou as desigualdades-chave de gênero ainda mais visíveis. Mulheres jovens estão particularmente sob risco. Em 2001, estimou-se que de 6 a 11% das mulheres africanas em idade entre 15 e 24 anos eram HIV positivo, comparado com o índice de 3 a 5% para homens jovens. <sup>(10)</sup> A alta taxa de infecção por HIV em mulheres e meninas está ligada a questões fundamentais

de poder e controle e à forma como a sociedade fecha os olhos para o comportamento dos homens que exercem poder e controle sobre as mulheres.

- **O resultado do aumento da taxa de infecção nas mulheres** é uma queda na força de trabalho da nação e o aumento da pobreza dentro das famílias. A produção de alimentos e a economia nacional são profundamente atingidas, uma vez que a maioria das mulheres africanas atua na produção agrícola. Também se tornou visível a existência de uma forte ligação entre o HIV/AIDS e a pobreza. A AIDS se espalha mais rápido onde há pobreza, poder limitado e instabilidade social<sup>(11)</sup> e começou a atingir pessoas de todas as profissões, incluindo burocratas, professores e enfermeiras.

## 2) Estigma, tabus e sistemas de crença

- **As pessoas que vivem com HIV/AIDS continuam enfrentando séria estigmatização**, bem como discriminação social e legal.<sup>(12)</sup> As pessoas que vivem com HIV/AIDS são discriminadas, causando vergonha, medo e raiva. Esses sentimentos são ainda piores para mulheres que contraíram o vírus HIV/AIDS por estupro. O estigma vinculado ao HIV/AIDS e os tabus impedem que as mulheres informem aos seus filhos como a doença é transmitida. Entretanto, seus filhos geralmente sabem que algo está errado.<sup>(13)</sup> Crianças filhas de pais doentes também são excluídas por seus colegas e pela sua comunidade.
- **É um tabu falar sobre sexo e HIV/AIDS** especialmente entre homens e mulheres, mãe e filho e com a comunidade. Em alguns sistemas de crenças culturais e religiosos, as pessoas consideram que o HIV/AIDS é uma doença relacionada com promiscuidade, homossexualismo, uso de drogas e possessão por espíritos do mal. Por isso, uma pessoa infectada não deve ser tocada nem ser assunto de discussão. Embora os homens HIV-positivo estejam em desacordo com sua própria comunidade e familiares, as mulheres e meninas com HIV cuja situação se torna pública são muitas vezes vítimas de ataques físicos, abuso emocional e algumas vezes assassinadas por membros de sua própria família, parceiros ou membros da comunidade.

## 3) Práticas nocivas ligadas à disseminação do HIV/AIDS

- **Educação negada para meninas:** Meninas que abandonam a escola para ajudar nas tarefas da casa e cuidar dos irmãos mais novos não têm consciência e informação sobre a disseminação da infecção por HIV.
- **Mutilação e corte de órgãos genitais femininos:** Os rituais que seguem a mutilação e o corte de órgãos genitais femininos contribuem para disseminar a infecção por HIV. Por exemplo, algumas culturas encorajam a relação sexual imediatamente depois do corte, quando as chances de contrair o HIV são ainda maiores.
- **Casamento precoce ou relação sexual com meninas mais jovens:** Casamentos de meninas em uma idade muito jovem com homens mais velhos, às vezes aos oito anos de idade, são realizados, levando à infecção por HIV. A crença de que praticando sexo com uma virgem cura a infecção por HIV levou a um aumento no número de estupros de meninas muito jovens. Pelas mesmas razões, clientes de sexo masculino estão procurando mulheres cada vez mais jovens como empregadas do comércio sexual e o tráfico de mulheres jovens aumentou em todo o mundo.
- **Casamento forçado:** Casamentos arranjados ou rapto de mulheres contra suas vontades as expõem à ação violenta quando elas se recusam a obedecer, bem como à infecção por HIV.
- **Morte e mutilação pela honra:** Mutilar e assassinar meninas e mulheres por atos que se acredita e trazer vergonha para a família, como a contração de HIV/AIDS, muitas vezes depois do estupro ou pelo próprio marido, é comum.

## Áreas de ação

### 1) Advocacy

- **Assegurar** que o direito das mulheres à auto-proteção e à proteção contra infecções sexualmente transmissíveis, incluindo HIV/AIDS, seja respeitado e promovido <sup>(14)</sup>.
- **Defender** políticas e estratégias nacionais mais fortes com claro apoio orçamentário para programas e intervenções lidando com a transformação da cultura, tradição e sistemas de crença que aumentam a disseminação do HIV/AIDS.
- **Focar** no tratamento e cuidado, bem como na prevenção do HIV/AIDS.
- **Fazer lobby** por recursos financeiros suficientes para tornar acessível o teste, o tratamento e os centros de aconselhamento, bem como os tratamentos anti-retrovirais (ARVTs), disponíveis para vítimas de estupro.
- **Desafiar** políticas, legislação e práticas que minimizem a condição social, legal, política, econômica e sexual da mulher, particularmente com foco nas mulheres jovens, que são especialmente vulneráveis. <sup>(15)</sup>
- **Pressionar** pelo decreto, fortalecimento e aplicação de medidas legais contra o contato sexual com meninas e meninos jovens com menos de 18 anos de idade e reconhecer o estupro marital como uma ofensa criminal.
- **Promover** seguro de saúde, políticas no trabalho para a provisão de medicamentos e necessidade nutricionais das vítimas e suas esposas infectadas com HIV/AIDS.
- **Aumentar a conscientização** por meio do debate público sobre HIV/AIDS e a sua relação com a violência baseada em gênero, até o ponto em que isso se torne uma preocupação da comunidade e dos indivíduos.
- **Apoiar** o treinamento da mídia sobre HIV/AIDS e violência baseada em gênero para possibilitar a produção de matérias precisas e equilibradas, aumentar a conscientização, disseminar informações que evoquem a necessidade de uma mudança de comportamento e da redução das barreiras culturais, da estigmatização e da vitimização. A mídia está em boa posição para criar uma melhor compreensão sobre a situação mais ampla da pandemia no contexto do desenvolvimento econômico, político, cultural, de gênero, educação e saúde.

### 2) Parceria

- **Promover** parceria e abrir diálogo entre homens e mulheres, meninas e meninos.
- **Colaborar** com os líderes da comunidade (incluindo culturais, religiosos e tradicionais), associações de mulheres (formais e informais) grupos de defesa de direitos, ONGs e autoridades locais, para criar consciência sobre tomada de decisão, saúde reprodutiva e formação das crianças.
- **Trabalhar em harmonia** com ministros de governo, comércio, centros de saúde, médicos, grupos locais, ONGs, associações de advogados, polícia, mídia e grupos religiosos.
- **Iniciar** ligações com parceiros de desenvolvimento como GTZ (Agência Alemã de Cooperação Técnica), UE (União Européia), CIDA (Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional) e SIDA.

### 3) Aumento da capacitação?

- **Promover** programas de transformação social centrados na família e baseados na comunidade, envolvendo líderes religiosos, curandeiras tradicionais, parteiras e famílias nas quais as práticas culturais acerca da prevenção, mitigação e resolução do HIV/AIDS são abertamente discutidas.
- **Dar autonomia** econômica às mulheres e aumentar as suas capacidades de fazer escolhas.
- **Mapear** a cultura da comunidade e as lacunas dos serviços por meio de vários ministérios de governo a fim de reduzir a vulnerabilidade das meninas jovens ao vírus e oferecer apoio em termos de informação e serviços que respondam às suas necessidades de saúde reprodutiva, particularmente com relação ao HIV/AIDS.
- **Apoiar** o treinamento e o diálogo no nível nacional para tomadores de decisão e promotores sobre a questão do HIV/AIDS e o seu impacto na promoção da violência baseada em gênero.
- **Iniciar** diálogo com a mídia, líderes religiosos, parlamento e ministros de governo, Conselhos •

Nacionais sobre HIV/AIDS e ONGs, objetivando uma abordagem comum e uma mensagem pública sobre iniciativas comunitárias participatórias para o problema do HIV/AIDS.

- **Apoiar** o treinamento para professores e a inclusão das causas e impactos do HIV/AIDS no currículo de saúde da escola, para associações de jovens, grupos de apoio a mulheres e homens com HIV/AIDS. Incluir tópicos como mudança de atitude, inteligência emocional e análise cultural, política e econômica, todos requeridos para conter a epidemia do HIV/AIDS e finalmente revertê-la.

## Ações-chave urgentes

- **Construir** a capacidade de redes nacionais de mulheres líderes e parlamentares para torná-las efetivamente defensoras e lobistas pelo aumento da alocação de recursos para programas de HIV/AIDS para mulheres.
- **Decretar** legislação para proteger as mulheres contra a violência baseada em gênero e a disseminação do HIV/AIDS.
- **Aumentar** a conscientização sobre o HIV/AIDS e sua relação com a violência baseada em gênero.
- **Organizar** encontros regionais para desenhar uma matriz de temas e propostas de ações com um cronograma claro, a fim de priorizar intervenções, implementação de atividades e facilitar o monitoramento efetivo.
- **Apoiar** parceiros-chave incluindo UNAIDS, UNESCO e OMS.

## 4 Violência baseada em gênero em situações de conflito

*Os países estão intimados a identificar e condenar a prática sistemática de estupro e outras formas de tratamento desumano e degradante às mulheres como um instrumento deliberado de guerra e limpeza étnica e a tomar providências para assegurar que assistência integral seja oferecida às vítimas de tais abusos, para sua reabilitação física e mental.*

- CIPD, Par. 4.10

A violência contra as mulheres em situações de conflito atingiu níveis epidêmicos e é uma continuação do que acontece em suas vidas durante o tempo de paz. Mulheres e meninas de todas as idades são estupradas e raptadas para servir como escravas sexuais; mulheres grávidas são atacadas fisicamente; muitas mulheres têm sido assassinadas ou infectadas com o HIV/AIDS. A violência contra as mulheres durante situações de conflitos multiplica-se e intensifica-se muitas vezes, pois os corpos das mulheres viram “campos de batalha” <sup>(16)</sup> onde forças opostas lutam para obter controle. Como as mulheres não têm os mesmos direitos que os homens, elas continuam sendo vítimas da violência baseada em gênero e da discriminação.

A Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW) compromete os países a condenar a violência contra as mulheres, a criar proteção social e legal e a não invocar costumes, tradição ou religião para evitar a tomada de medidas preventivas e de proteção. A Convenção foi ratificada pelas Nações Unidas em 1979. A subsequente Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação da Violência baseada em Gênero condena a violência baseada em gênero. <sup>(17)</sup> A Plataforma Global de Ação, adotada na Quarta Conferência da Mulher de Beijing, em 1995, reiterou a responsabilidade do Estado de proteger mulheres e meninas. Contudo, a violência contra a mulher na vida pública e privada não é denunciada. Durante conflitos, descobriu-se que os níveis de violência doméstica e sexual têm se intensificado. <sup>(18)</sup> Estupro e outras formas de violência, bem como a violência baseada em gênero, são práticas sistemáticas e muito difundidas neste contexto.

A Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança é a primeira resolução já aprovada pelo Conselho de Segurança que aborda especificamente o impacto da guerra nas mulheres e a contribuição das mulheres para a resolução de conflitos e para a paz sustentável. A Resolução apela por:

- **respeito pelas leis internacionais** aplicáveis para mulheres e meninas;
- **medidas especiais para proteger mulheres e meninas** contra a violência baseada em gênero e outras formas de violência em situações de conflito armado;
- **fim da impunidade** para os responsáveis por cometer violência sexual contra mulheres e meninas;
- **respeito pela carta civil e humanitária** de campos de refugiados; e
- **integração das necessidades particulares de mulheres e meninas** no planejamento dos campos de refugiados.

Por mais de três décadas, instrumentos internacionais de direitos humanos consagraram os princípios do direito à segurança, à igualdade, à vida, à proteção perante a lei e à liberdade contra a tortura e o tratamento desumano. Contudo, a violência contra a mulher continua crescendo e agora atingiu níveis epidêmicos.

## COMPROMISSO PARA A AÇÃO

Sobre os direitos à vida, à integridade e à segurança das pessoas, os Estados e membros do Protocolo são obrigados a adotar medidas apropriadas para:

- promover ativamente a educação para a paz, por meio de currículo e da comunicação social, para erradicar elementos da crença tradicional e cultural, práticas e estereótipos que legitimam e exacerbam a persistência e a tolerância da violência contra as mulheres;
- punir autores da violência contra as mulheres e implementar programas para a reabilitação das vítimas mulheres;
- estabelecer mecanismos e serviços acessíveis para informação, reabilitação e reparação eficiente das vítimas de violência;
- evitar e condenar o tráfico de mulheres, processar os autores de tal tráfico e proteger as mulheres em situação de risco maior; e
- fornecer orçamento adequado e outros recursos para a implementação e monitoramento de ações visando a prevenção e a erradicação da violência contra a mulher.

Protocolo da Carta Africana sobre Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres na África (76), Artigo 4

O Artigo 11 (2003) do Protocolo obriga os Estados e membros:

- a respeitar e assegurar respeito às regras da lei humanitária internacional aplicável em situações de conflito armado que afetam a população, particularmente as mulheres;
- em conformidade com as obrigações cabíveis a eles sob a lei humanitária internacional, a proteger civis incluindo as mulheres, independentemente da população à qual elas pertencem, no evento de conflito armado.
- a proteger mulheres em busca de asilo, refugiados, pessoas retornando ao lar e pessoas deslocadas internamente contra todas as formas de violência, estupro e outras formas de exploração sexual, e assegurar que tais atos sejam considerados crimes de guerra, genocídio e/ou crimes contra a humanidade e que seus autores sejam levados à justiça perante uma jurisdição criminal competente; e tomar todas as medidas necessárias para assegurar que nenhuma criança, especialmente meninas menores de 18 anos de idade, tome parte direta em hostilidades e que nenhuma criança seja recrutada como soldado.

## Questões e desafios que afetam refugiados e pessoas deslocadas internamente

Em situações de conflito, as duas principais categorias de grupos de populações mais afetadas são os refugiados e as pessoas deslocadas internamente (PDI).

### Refugiados

*“Um refugiado ou uma refugiada é toda pessoa que por causa de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer regressar ao mesmo.”*

- 1951 Convenção de Genebra sobre o Estatuto de Refugiados, Artigo I.A.

- **A violência na família** muitas vezes é resultado da falta de empregos, de abrigo e de serviços básicos, sendo exacerbada pela disponibilidade de armas. Isto é especialmente predominante em comunidades onde há homens retornando da guerra. Homens retornando da guerra frequentemente transferem seu direito de cometer violência em situações militares, do campo de batalha para suas casas e comunidades.
- **A inversão de papéis tradicionais** de homens e mulheres durante tempos de guerra seguidamente causa problemas quando os homens retornam da guerra. Mulheres perdem a recém-encontrada independência, confiança e autonomia que ganharam enquanto seus homens estavam ausentes. A personalidade de mulheres mais fortes com frequência constitui uma desvantagem, pois elas tornam-se “alvos fáceis” de ridicularização, violência e intimidação.
- **Diferenças e desigualdades de gênero**, se não reconhecidas durante emergências, podem contribuir para a ineficácia geral da resposta humanitária. Por isso, o planejamento e a programação de agências de ajuda humanitária devem basearem-se em capacidades existentes e ao mesmo tempo considerar as diferenças e vulnerabilidades de gênero.
- **Violência sexual e abuso** estão cada vez mais se tornando sistemáticas armas de guerra.
- **Crianças e adolescentes**, tanto meninos quanto meninas, são raptados, abusados fisicamente e usados forçadamente como escravos e soldados.
- **Violência doméstica** aumenta à medida que mulheres e meninas enfrentam violência sexual e discriminação na distribuição de tudo, desde alimentos até lençóis plásticos.
- **Tráfico de mulheres** – muitas mulheres são aliciadas ilicitamente através de fronteiras sem controle. Como existe um colapso de lei e ordem, patrulhas de fronteira e polícia são inexistentes ou trabalham como colaboradores no tráfico. Muitas mulheres e meninas são negociadas e traficadas para outros países por raptadores ou são forçadas pela pobreza a procurar melhores oportunidades em algum outro lugar.

## Pessoas deslocadas internamente

*Pessoas deslocadas internamente são pessoas ou grupos de pessoas que foram forçadas ou obrigadas a fugir ou deixar seus lares ou lugares de residência habitual, em particular como resultado de, ou para evitar efeitos de conflitos armados, situações de violência generalizada, violações de direitos humanos ou desastre natural, e que não tenham cruzado uma fronteira de Estado reconhecida internacionalmente.*

- Princípios Orientadores sobre Deslocamento Interno UNECOSOC, Comissão de Direitos Humanos, Relatório do Representante Especial do Secretário Geral sobre Pessoas Deslocadas Internamente, 1998

- **Mulheres e crianças deslocadas internamente** representam mais de 70% do total de 20 a 25 milhões de pessoas deslocadas internamente existentes no mundo. Mais da metade delas está na África. Os números continuam aumentando à medida que guerras civis e conflitos étnicos continuam forçando mulheres a deixar seus lares em busca de segurança e sobrevivência nos limites das fronteiras nacionais. O desenraizamento de seus sistemas comunitários de apoio e proteção torna as mulheres e suas crianças mais vulneráveis a ataques físicos e sexuais.
- **Como signatários da Convenção de Genebra de 1951**, governos e organizações internacionais são obrigados a oferecer abrigo e proteção a refugiados, enquanto que pessoas deslocadas internamente não têm proteção legal ou institucional comparável.
- **Agências de ajuda humanitária** tendem a se concentrar na provisão de alimentos e remédios e não têm, em geral, relacionado suas atividades a questões de proteção. Tal situação é exacerbada pelo fato de que nenhuma agência é obrigada a levantar a questão da proteção.

- **Em situações de conflito armado**, mulheres e crianças deslocadas internamente estão sujeitas à violência sexual e a ataques físicos. Isto ficou evidente durante a guerra na Libéria, em Ruanda e na Somália, e agora no Congo e no Sudão, onde existem grandes números de mulheres e crianças vítimas de estupro e violência. Estupros em massa como campanhas para “limpeza étnica” requerem a atenção especial dos Estados soberanos.
- **Pessoas deslocadas internamente** sofrem violência dos grupos militares e de oposição e estão vulneráveis à violência doméstica contínua, bem como à violência pelos homens da comunidade hospedeira e dentro dos campos. Mulheres deslocadas internamente sofrem de doenças sexualmente transmissíveis, problemas ginecológicos, gravidez, estupros de bandos, trauma psicológico, bem como rapto de meninas pelas forças armadas com o propósito de escravidão sexual e doméstica.
- **Culturas que produziram altas taxas** de violência sexual relacionada à guerra também sofrem de altas taxas de violência doméstica ou abuso do parceiro. A prostituição devido ao colapso econômico e ao deslocamento populacional torna-se um modo de vida e, em ambientes onde a violência doméstica não é reconhecida como crime, as leis de proteção à mulher não existem ou não são aplicadas.
- **Violência sexual** cometida durante períodos de conflito armado é considerada “espólio de guerra”, resultante do colapso de sistemas sociais e morais. A violência sexual durante conflitos é uma maneira sistemática de desestabilizar comunidades e destruir a coesão dentro das comunidades e famílias. Ela promove limpeza étnica e é usada como meio de expressar ódio pelo inimigo ou para fornecer serviços sexuais aos combatentes.
- **Crimes sexuais** também ocorrem quando grupos de populações e forças militares estão fugindo de conflitos, bem como durante deslocamentos de civis, e são cometidos por bandidos, grupos insurgentes, exército, guardas de fronteiras, comunidades hospedeiras, refugiados e outros.
- **Intimidação sexual** e crimes cometidos por trabalhadores da ONU e pacificadores também têm sido denunciados.

*Os Estados-membros devem considerar maneiras de assegurar que os esforços dentro do sistema da ONU para abordar o problema da exploração e do abuso sexual em conflitos armados sejam reforçados por ações concretas para promover padrões de comportamento similares entre o pessoal uniformizado servindo sob os auspícios da ONU.*

Relatório do Secretário Geral da ONU, Julho de 2004

## Áreas de ação

### 1) Advocacy

- **Fazer lobby** por medidas legais para a ação apropriada e investigações independentes sobre alegações de conduta sexual imprópria e estupro. Em alguns países, a defesa de direitos e medidas legais têm sido usadas com sucesso no sentido de trazer responsabilidade social às autoridades militares e civis.
- **Reivindicar** medidas preventivas contra a violência doméstica pós-guerra, uma vez que a violência aumenta em período de guerra e em situação de pós-conflito devido aos ex-combatentes e à nova condição da mulher em situação de pós-conflito.
- **Endossar** medidas, por parte dos países doadores, no sentido de sancionar junto aos seus parceiros o acato aos princípios centrais contra a violação dos direitos humanos em seus códigos de conduta antes da liberação de financiamento.
- **Apoiar** os esforços da comunidade internacional em trazer as questões do estupro e da violência contra a mulher ao primeiro plano e defender a proteção legal.

- **Monitorar** a ação do governo e de grupos insurgentes por meio de declarações públicas e apoiando a evacuação de civis em situações de perigo.
- **Defender** a inclusão dos Princípios Reguladores Orientadores sobre Pessoas Deslocadas Internamente nos diálogos sobre política nacional e na legislação, pois este refere-se à Declaração de Beijing de 1995. Esta declaração faz um chamado para proteção e assistência mais efetiva para refugiados e mulheres deslocadas internamente. Os Princípios Orientadores contêm as várias provisões para proteger as mulheres e proibir a violência baseada em gênero e reivindica a participação igualitária das mulheres em programas de educação, oportunidades iguais em atividades econômicas e de empregos e acesso aos serviços de saúde reprodutiva.
- **Iniciar** e desenvolver legislação governamental que responsabilize os autores de violência sexual relacionada com a guerra por crimes cometidos durante conflitos civis.
- **Mobilizar** campanhas pela mídia usando rádio, televisão e teatro de rua.
- **Apoiar** ONGs na implementação de políticas e programas de governo para refugiados e pessoas deslocadas internamente para atingir os planos nacionais e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.
- **Remover** obstáculos para a denúncia da violência, permitindo exames de estupro sem custos, criando um formulário padronizado de denúncia, treinando enfermeiras e médicos forenses para a reação apropriada e apoiando a participação dos médicos em procedimentos jurídicos.
- **Criar**, dentro dos centros comunitários, áreas especiais para refugiados e pessoas deslocadas internamente, bem como para residentes locais, com informações sobre ação preventiva, discussão e denúncia de violência baseada em gênero. Centros para crises anônimas sobre estupro poderiam oferecer apoio psicológico e legal para sobreviventes de estupro.

## 2)Parceria

- **Colaborar** com os idosos da comunidade e membros das populações deslocadas e promover a adoção de medidas legais para abordar os problemas de herança e direitos de propriedade das mulheres deslocadas internamente.
- **Parceria** com as autoridades militares e legais, líderes tradicionais, fundações e ONGs, bem como organizações internacionais trabalhando com pessoas deslocadas internamente, tais como UNHCR, ICRC, OMS e OCHA.
- **Conduzir esforços** para aumentar a conscientização sobre a proteção e o acesso a serviços para refugiados e mulheres deslocadas internamente.
- **Colaborar** com a mídia para promover medidas legais contra a violência.
- **Fortalecer** e apoiar parcerias entre governos, ONGs nacionais e internacionais para aumentar a conscientização, promover medidas nacionais legais e programas para ajudar sobreviventes de estupro.
- **Colaborar** com programas e interligar os ministérios de governo apropriados, incluindo os da saúde, interior, justiça e bem-estar social, apoiando a integração sistemática da prevenção da violência baseada em gênero e dos mandatos dos ministérios de serviços sociais e proteção.

## 3) Aumento da capacitação?

- **Estabelecer** um sistema de accountability (prestação de contas) e um procedimento de denúncia a ser seguido em nível nacional.
- **Apoiar** o estabelecimento de um sistema de relatórios sobre as medidas adotadas em nível de país para proteger mulheres de exploração e abuso sexual.
- **Melhorar** ou criar ferramentas para a implementação de instrumentos, como regulamentos para procedimentos de investigação.
- **Desenvolver** padrões e códigos de conduta pelos Estados-membros, para as forças armadas nacionais e para a polícia.

- **Promover** medidas de reabilitação para veteranos de guerra sofrendo de trauma, pois a influência da cultura militar de violência tensiona relações domésticas.
- **Estabelecer** políticas e programas para geração de empregos e reabilitação de veteranos de guerra, pois a disponibilidade de armas encoraja a violência dentro da família devido à falta de empregos, abrigo e serviços básicos.
- **Institucionalizar** o treinamento de profissionais de saúde em aspectos legais das agressões sexuais e na provisão de relatórios forense.
- **Coletar** dados e análises de hospitais e centros de saúde, e monitorar o progresso dos resultados e de outras intervenções necessárias.
- **Treinar** trabalhadores sociais, advogados e o Judiciário em leis relativas à violência baseada em gênero, bem como em protocolos de resposta e em coleta e análise de dados.
- **Identificar** e treinar funcionários ministeriais apropriados para sensibilizá-los sobre questões relativas ao impacto de conflitos na violência baseada em gênero, incluindo forças de polícia e oficiais de justiça, trabalhadores em ajuda humanitária e outros que trabalham com refugiados e pessoas deslocadas internamente.
- **Colaborar** com Conselhos de Cidadãos da polícia, para torná-la mais responsável pela intervenção apropriada e pela aplicação da lei estatutária.
- **Manter** o Judiciário responsável por sustentar a proteção existente aos sobreviventes de violência baseada em gênero.
- **Conduzir** esforços para iniciativas de pesquisa por parte do governo para melhor esclarecer a abrangência da violência baseada em gênero, de forma que programas para abordar questões como prostituição coagida possam ser adotados.

## Ações-chave urgentes

- **Estabelecer** um grupo de paz e segurança em níveis regional e sub-regional entre a rede de mulheres ministras e parlamentares.
- **Iniciar** um comitê especial para investigar instrumentos legais para conter a violência baseada em gênero; e harmonizá-los e adaptá-los para promover a implementação na África.
- **Pressionar** o sistema legal a reforçar leis que declaram o estupro como um crime contra a humanidade.
- **Mobilizar** recursos para apoiar a provisão de assistência legal e a provisão de serviços de saúde para vítimas de violência.
- **Assegurar** a inclusão da mulher em programas de desmilitarização e reinserção.
- **Mobilizar** fundos especiais para sobreviventes da violência.

1. UN Millennium Project. 2004. *Task Force 3 Interim Report on Gender Equity*. New York: UN Development Programme and UN Department of Public Information
2. UN Millennium Project. 2004. *The Millennium Task Force Report on Gender Equality and the Empowerment of Women*. New York: UN Development Programme and UN Department of Public Information
3. ibid.
4. União Africana. julho 2004. Protocolo da União Africana sobre Direitos das Mulheres na África. Maputo: União Africana.
5. Family Care International and Safe Motherhood Inter-Agency Group. 1998. <http://www.familycareintl.org/issues/sm.php>
6. Mathur, Greene e Malhotra, *Too Young to Wed: The Lives, Rights and Health of Young Married Girls*, Washington D.C: Centro Internacional de Pesquisa sobre Mulheres, 2003
7. UNFPA. 2004. *Culture Matters: Working with Communities and Faith-based Organizations*. New York: United Nations Population Fund. [http://www.unfpa.org/upload/lib\\_pub\\_file/267\\_filename\\_CultureMatters\\_2004.pdf](http://www.unfpa.org/upload/lib_pub_file/267_filename_CultureMatters_2004.pdf)
8. Copson, Raymond W. 2004. CRS Issue Brief for Congress – Aids in Africa. Washington D. C.: Foreign Affairs, Defense & Trade Division.
9. Boafo, S.T., C.A. Arnado. 2000. *Media and HIV/AIDS in East and Southern Africa: A Resource Book*. Paris: UNESCO. P.25
10. UNAIDS. Dec. 2002. AIDS Epidemic Update. Citado em Copson, Raymond W. 2004. CRS Issue Brief for Congress – Aids in Africa. Washington D. C.: Foreign Affairs, Defense & Trade Division.
11. NOVIB (Oxfam Netherlands). May 2001. *Linking AIDS with Poverty, Gender and Sexuality*, The Hague: NOVIB AIDS Project Group. Pg. 7
12. UNFPA 2004. Relatório sobre a Situação da População Mundial. New York: UNFPA 2004
13. Jackson, H. 2002. *Aids in Africa: A Continent in Crisis*. University of Namibia Press.
14. União Africana. julho 2003. Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres na África. Maputo: União Africana.
15. Jackson, H. 2002. *Aids in Africa: A Continent in Crisis*. University of Namibia Press.
16. UN OCHA (UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs). 18 October 2004. IRIN, [www.irin.org](http://www.irin.org), Site especial sobre *Violence against women and girls during and after conflict*. <http://www.irinnews.org/webspecials/gbv/default.asp>
17. Resolução 48/104 da Assembléia Geral da ONU, dezembro de 1993
18. Ward, J. 2002. *If not now when? Addressing gender-based violence in refugee, internally displaced and post conflict settings*. New York: Women's Commission for Refugee Women and Children, International Rescue Committee <http://www.reliefweb.int/rw/rwb.nsf/AllDocsByUNID/40b847015485b34749256bfe0006e603>

# OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MIL NIO

Objetivo 1	Erradicar a extrema pobreza e a fome	
	<p>Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar por dia</p> <p>Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporção da população abaixo de um dólar por dia</li> <li>• Índice de hiato de pobreza (<i>incidência x grau de pobreza</i>)</li> <li>• Parcela do quintil mais pobre no consumo nacional</li> <li>• Frequência de crianças abaixo do peso (menores de cinco anos de idade)</li> <li>• Proporção da população com consumo calórico abaixo do nível mínimo</li> </ul>
Objetivo 2	Atingir o ensino básico universal	
	<p>Garantir que até 2015 todas as crianças, sejam meninos e meninas, poderão completar um ciclo completo de ensino básico</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Taxa de matrícula no ensino primário</li> <li>• Proporção de alunos que iniciam o primeiro ano e atingem o quinto</li> <li>• Taxa de alfabetização entre 15 e 24 anos de idade</li> </ul>
Objetivo 3	Promover a igualdade de gêneros e a autonomia das mulheres	
	<p>Eliminar as disparidades de gênero no ensino primário e secundário, preferivelmente até 2005, e em todos os níveis de educação no mais tardar até 2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relação entre meninas e meninos em ensino primário, secundário e terciário</li> <li>• Relação entre meninas e meninos alfabetizados entre 15 a 24 anos</li> <li>• Parcela das mulheres no emprego assalariado no setor não-agrícola</li> <li>• Proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional</li> </ul>
Objetivo 4	Reduzir a mortalidade infantil	
	<p>Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Taxa de mortalidade dos menores de cinco anos</li> <li>• Taxa de mortalidade infantil</li> <li>• Proporção de crianças de um ano de idade imunizadas contra o sarampo</li> </ul>
Objetivo 5	Melhorar a saúde materna	
	<p>Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Taxa de mortalidade materna</li> <li>• Proporção de partos assistidos por profissionais de saúde capacitados</li> </ul>

<b>Objetivo 6 Combater o HIV/AIDS, malária, e outras doenças</b>	
Até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação do HIV/AIDS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prevalência do HIV entre mulheres grávidas com idade entre 15 e 24 anos</li> <li>• Taxa de utilização de anticoncepcionais</li> <li>• Número de crianças feitas orfãs em decorrência do HIV/AIDS</li> </ul>
Até 2015, ter detido e começado a reverter a incidência de malária e outras doenças importantes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prevalência e taxas de mortalidade associadas à malária</li> <li>• Proporção da população vivendo em áreas de risco de malária usando tratamento eficaz contra a malária</li> <li>• Medidas de prevenção e tratamento</li> <li>• Prevalência e taxas de mortalidade associadas à tuberculose</li> <li>• Proporção de casos de tuberculose detectados e curados por DOTS (tratamento de curta duração sob observação direta)</li> </ul>
<b>Objetivo 7 Garantir a sustentabilidade ambiental</b>	
Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudança nas áreas terrestres cobertas por florestas</li> <li>• Área terrestre protegida para manter a diversidade biológica</li> <li>• PIB por unidade do uso de energia</li> <li>• Emissão de dióxido de carbono</li> </ul>
Reduzir pela metade, até 2015, a proporção de pessoas sem acesso sustentável à água potável e segura	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporção da população com acesso sustentável a uma fonte de água tratada</li> </ul>
Ter alcançado, até 2020, uma melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporção da população com melhores condições de saneamento</li> <li>• Proporção da população com posse segura do lugar de habitação [desagregação urbana/rural de muitos desses indicadores pode ser relevante para o monitoramento das melhorias nas vidas dos habitantes de bairros degradados]</li> </ul>
<b>Objetivo 8 Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento</b>	
Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório (inclui o compromisso com a boa governança, o desenvolvimento e a redução da pobreza - nacional e internacionalmente)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alguns dos indicadores listados serão monitorados separadamente para os países menos desenvolvidos, África, países sem acesso ao mar e pequenos Estados insulares em desenvolvimento</li> </ul>



